

No dia vinte e seis de fevereiro do ano dois mil e vinte e seis, às 15h, reuniu-se, virtualmente, o Conselho Fiscal do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, do Município de Belo Horizonte, com a participação dos Conselheiros: Adriana Soares de Oliveira, Breno Serôa da Motta, Fernanda Valadares Couto Girão, Roberta Hygino Roletti Zimmer e Thiago Augusto de Carvalho Cruz e Maria Consuelita Oliveira. Pela Subsecretaria de Gestão Previdenciária – Suprev –, Unidade Gestora Única do RPPS-BH, participaram Giselle dos Santos Rodrigues Martins, Diretora Central de Gestão de Contas Previdenciárias, e Rodrigo André de Almeida, Assessor de Investimentos e Estudos Atuariais. Giselle Rodrigues, a pedido de Rodrigo Almeida, solicitou que os temas da pasta de investimentos fossem apresentados no início da reunião, para viabilizar a participação do assessor em outra agenda, na sequência. Roberta Roletti manifestou-se pela aprovação, e os demais conselheiros seguiram o voto da presidente, que deu início aos trabalhos, apresentando a pauta do dia: apresentação dos dados da receita, despesa, patrimônio e balancetes contábeis de 2025; apresentação e aprovação do relatório anual de trabalho 2025; apresentação e aprovação do plano anual de trabalho; apresentação e aprovação do relatório de governança do 2º semestre de 2025; apresentação e aprovação dos relatórios mensais de investimentos dos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025. Passou a palavra a Rodrigo Almeida, que apresentou os destaques do relatório de dezembro de 2025, que contemplava os resultados acumulados do ano, até o período. O Assessor sugeriu que fosse apresentada apenas a versão do relatório de dezembro de 2025, esclarecendo, entretanto, que eventuais dúvidas relativas ao mês anterior seriam devidamente respondidas. Diante da anuência dos Conselheiros, Rodrigo apresentou o referido relatório que contemplou a análise da evolução patrimonial, da composição da carteira, da liquidez dos ativos, dos resultados obtidos no período e dos respectivos indicadores de risco, em conformidade com a Política de Investimentos vigente e com a regulamentação aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social. Rodrigo destacou que, em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio do Fundo BHPrev totalizava R\$ 4.287.645.948,87. A carteira manteve perfil conservador e alinhado à estratégia de longo prazo, com predominância de títulos públicos federais (NTN-B e LTN), que representaram aproximadamente 90,14% do total dos investimentos, reforçando a política de imunização da carteira e o alinhamento ao fluxo atuarial do Regime. No que se refere à alocação por segmento, verificou-se a concentração majoritária no segmento de Renda Fixa, correspondente a cerca de 94,95% da carteira, permanecendo os demais recursos distribuídos entre BDR e Fundos Multimercados/FIP, observados os limites e critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 e pela Política de Investimentos 2025. O enquadramento da carteira manteve-se regular durante todo o período analisado. A rentabilidade consolidada no mês de dezembro foi de 0,94%, superando a meta atuarial estabelecida para o período, fixada em 0,79%. No acumulado do exercício, o desempenho da carteira permaneceu superior à meta atuarial anual, refletindo a adequada condução da estratégia de alocação e o desempenho favorável dos ativos, especialmente da carteira de títulos públicos federais. Quanto às movimentações financeiras ocorridas no mês, registrou-se o resgate de R\$ 4.756.174,44 do Fundo Bradesco FI Referenciado DI Premium, destinado ao atendimento de chamadas de capital em fundos estruturados. Foram igualmente aplicados aproximadamente R\$ 40,3 milhões, oriundos das contribuições previdenciárias, na aquisição de NTN-B com vencimento em 2060, à taxa de IPCA + 7,0090%, reforçando a estratégia de alongamento da carteira e de compatibilização dos ativos com as obrigações futuras do Regime. Parecer do Comitê de Investimentos, em relação às decisões de

investimento, consignou que as aplicações observaram as diretrizes da Política de Investimentos 2025, considerando o ingresso de aproximadamente R\$ 43,2 milhões e o fluxo atuarial, que indica necessidade de liquidez mais relevante a partir de 2058. Diante da ausência de calendário de leilões da Secretaria do Tesouro Nacional, deliberou-se pela aplicação temporária dos recursos no fundo Bradesco FIF RF Referenciado DI Premium, com reavaliação na próxima reunião. Destacou ainda que a estratégia adotada permanece aderente ao processo de imunização e às projeções do fluxo atuarial, considerando que a exigibilidade mais expressiva de pagamentos de benefícios previdenciários ocorrerá em horizonte de longo prazo. Observou, também, que os indicadores de risco permaneceram dentro dos parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos, não sendo identificadas inconsistências ou desenquadramentos no período. Roberta Hygino questionou sobre a necessidade de maiores informações a respeito dos fundos FIPs. Em resposta, Rodrigo esclareceu que o CADM já havia solicitado o aprimoramento das informações constantes no Relatório de Investimentos, e que a Asies se comprometeu a incluir tais dados nos próximos relatórios. Após os esclarecimentos prestados às questões pontualmente apresentadas pelos conselheiros, o Conselho aprovou, por unanimidade, o Relatório Mensal de Investimentos referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2025. O Parecer do Comitê de Investimentos, referente à reunião realizada em 29/01/2026, consta como Anexo I desta ata. Na sequência, Giselle Rodrigues apresentou o Relatório Anual de Trabalho do Conselho Fiscal, referente ao exercício de 2025, elaborado pelo grupo de trabalho constituído na reunião anterior, composto por Roberta Hygino Roletti Zimmer, Breno Serôa da Motta e Adriana Soares de Oliveira, bem como o Plano de Trabalho do Conselho Fiscal para o ano de 2026. Ambos os documentos foram previamente analisados pelos demais membros, sendo que as considerações apresentadas foram incorporadas e validadas por todos por meio de comunicação eletrônica. Não havendo novas manifestações, Roberta Roletti submeteu os documentos à deliberação, tendo sido ambos aprovados, sem ressalvas, por unanimidade. Encerradas as pautas deliberativas da reunião, Giselle Rodrigues informou que a apresentação da receita, despesa, patrimônio e balancetes contábeis referentes ao exercício de 2025 será realizada na reunião extraordinária de março, juntamente com a prestação de contas. Por fim, informou-se que a apresentação e aprovação do Relatório de Governança referente ao 2º semestre de 2025 ocorrerão na reunião de abril de 2026, devendo o referido relatório, previamente, ser submetido ao Conselho de Administração do RPPS, com apresentação prevista para a reunião de março de 2026. Nada mais a ser tratado, eu, _____ Giselle dos Santos Rodrigues Martins, BM 106113-3, lavro a presente ata, a ser aprovada por meio eletrônico pelos Conselheiros após leitura. Belo Horizonte, 26/02/2026.

Adriana Soares de Oliveira

Breno Serôa da Motta

Fernanda Valadares Couto Girão

Maria Consuelita Oliveira

Roberta Hygino Roletti Zimmer

Thiago Augusto de Carvalho Cruz

ANEXO I**Parecer Comitê de Investimento¹ - Reunião 29/01/2026**

A rentabilidade consolidada da carteira para o mês foi de 0,94%, superando a meta de 0,79% estabelecida para o período, com a rentabilidade nominal acumulada no ano fechando em 10,65%, valor também superior à meta de 9,85%. No mês de dezembro, todas as classes de ativos apresentaram rendimento positivo, com destaque para os Fundos de Investimento em Participações (FIP), com alta de 4,04%, e para os investimentos em BDRs, que apresentaram valorização de 3,20%. A carteira de títulos públicos NTN-B — que responde por 87,63% da carteira total de investimentos — apresentou variação positiva de 0,85%, com o IPCA para o período fechando em 0,33%. Consideramos tanto o resultado mensal quanto o anual — que superou a meta proposta em 0,8% — amplamente positivos, e plenamente alinhados com o processo de imunização da carteira e com a Política de Investimentos 2025. Decisão de investimentos: Para os investimentos foram respeitadas as diretrizes previstas na Política de Investimentos 2025, considerados os seguintes parâmetros: (I) a análise da estratégia de alocação; (II) o ingresso de aproximadamente R\$ 43,2 milhões, referentes às contribuições do mês de dezembro/2025; (III) a necessidade de liquidez dos investimentos para pagamento de benefícios somente a partir de 2058, conforme fluxo atuarial. Diante do volume de recursos, foi proposto manter o processo de imunização da carteira via títulos públicos. Entretanto, como a Secretaria do Tesouro Nacional ainda não divulgou seu calendário de leilões, os recursos serão aplicados no fundo Bradesco FIF RF Referenciada DI Premium, com o Comitê deliberando quanto a eventual realocação em sua próxima reunião.